

AS RAÍZES HISTÓRICAS DO ATRASO ECONÔMICO E POLÍTICO NO BRASIL: A INTERPRETAÇÃO DE JOSUÉ DE CASTRO

Maria José de Rezende*

Resumo: Dentre as inúmeras obras de Josué de Castro acerca do subdesenvolvimento e de uma de suas consequências principais, a fome, se dará destaque nesse artigo aos livros *Geografia da fome*, *O livro negro da fome* e *Sete palmos de terra e um caixão*. Serão enfatizadas as nuances básicas de sua proposta de interpretação do Brasil em vista das condições de pobreza, de miserabilidade e de fome prevalentes nas décadas de 1950 e 1960. No âmbito de uma perspectiva possibilista da mudança social, ele partia do pressuposto de que, sem o conhecimento das causas históricas das desigualdades sociais, políticas e regionais, não havia meios de explicar os problemas que afetavam o país. Sua reflexão anticolonialista e anti-imperialista o levou ao encontro das teorias que buscavam consubstanciar crescimento econômico e distribuição de renda.

Palavras-chave: desenvolvimento; subdesenvolvimento; mudança social; crescimento econômico; industrialização; fome

INTRODUÇÃO

A análise de todas as dimensões e complexidades da reflexão de Josué de Castro (1908-1973) sobre a fome e o subdesenvolvimento, no interior de sua vasta obra (1961, 1933, 1932, 1935, 1935a, 1937, 2001, 1959, 1967, 1968, 1984), exige diversos artigos¹. Nesse, particularmente, planejou-se uma exposição que, com base nos textos *Geografia da fome*, *Sete palmos de terra e um caixão* e *O livro negro da fome*, tem como fim demonstrar os elementos essenciais da construção de uma

* Professora de Sociologia/Uel – Doutora em Sociologia/USP – Endereço: Rua Pio XII, 335 apto.1104 Cep 86020-914 Londrina Pr. E-mail: wld@rantac.net

¹ Este artigo é parte de uma pesquisa acerca das concepções de mudança social em diversos pensadores brasileiros. Dentre eles estão sendo estudados: Sílvio Romero, Manoel Bomfim, Euclides da Cunha, Gilberto Freyre, Oliveira Vianna, Alberto Torres, Fernando de Azevedo e Josué de Castro.

interpretação do Brasil reveladora das condições de miserabilidade sedimentadas ao longo de um processo histórico posto em marcha desde a colonização do país.

Interessava a ele tanto apontar as razões da perpetuação da pobreza e da desnutrição aguda e crônica quanto encontrar formas de reverter à situação de fome em vigor no mundo todo (SILVA, 2000, 1998, MINAYO, 1985, CÂNDIDO, 1999, MAGALHÃES, 1997, SOARES, 1998, TOBELEM, 1974). Combinar conhecimento e ação no âmbito de organismos internacionais (FAO, UNESCO, ASCOFAM, UNICEF)² e no da sociedade civil e da sociedade política nacionais era, então, o caminho a ser construído para reverter o quadro de miserabilidade ao qual estava submetido o país.

Em 1960, no *O livro negro da fome*, Josué de Castro (1968) afirmava que suas análises tinham a intenção de mostrar que “fome e subdesenvolvimento são uma coisa só, não havendo outro caminho para lutar contra a fome, senão o da emancipação econômica e o da elevação dos níveis de produtividade das massas de famintos, que constituem cerca de dois terços da população mundial” (p. 1). Nesse artigo, porém, dar-se-á atenção especial às suas discussões acerca das condições sociais vigentes na sociedade brasileira. Isso será feito sem deixar de levar em consideração que as suas análises tentavam apreender o contexto sócio-político e econômico mundial para pensar o país.

A relação íntima entre fome e subdesenvolvimento foi amplamente discutida nessa última obra citada, a qual é um manifesto em favor da criação da Associação Mundial de Luta Contra a Fome, cujo objetivo era despertar “uma consciência coletiva mais clara acerca da significação exata do fenômeno social da fome” (CASTRO, 1968, p. 2). *O livro negro da fome* é ao mesmo tempo um exercício de reflexão que visava trazer às claras as condições de miserabilidade que atingiam uma parte expressiva da população nos países periféricos e um guia de ação. Ou seja, a discussão proposta tinha a intenção de mobilizar a opinião pública, no final da década de 1950, acerca das causas e das conseqüências da permanência de povos famélicos. O debate tinha como objetivo instrumentalizar as ações políticas voltadas para superar, num primeiro momento, o silêncio moral em torno da fome crônica e da aguda e, num segundo, encontrar caminhos para combater ambas.

Diferentemente da obra *Geografia da Fome*, publicada em 1946, na qual ele insistia que a fome era um tema proibido, um tabu, em *O livro negro da fome*, Castro (1968) considerava que em dez anos tinha havido uma crescente preocupação, nos países periféricos, com as condições geradoras da fome, portanto, era possível vislumbrar ações políticas concretas dos países subdesenvolvidos em favor do progresso social. Em pronunciamento na Câmara Federal em 02 de dezembro de 1955 ele afirmava que possuía confiança no processo que iria se iniciar com o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), que parecia, de fato, voltado para solucionar os problemas brasileiros (CASTRO, 1959, p.189).

² FAO – Food and agriculture organization; ASCOFAM – Associação Mundial de Luta Contra a Fome; UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância; UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

As reflexões empreendidas em *Geografia da Fome* são também fundamentais porque têm como ponto de partida a necessidade de demonstrar que o tabu em torno da fome tinha que ser vencido para que fossem abertos amplos debates que rompessem esse “silêncio premeditado pela própria alma da cultura. Foram os interesses e os preconceitos de ordem moral e de ordem política e econômica de nossa chamada civilização ocidental que tornaram a fome um tema proibido” (CASTRO, 2001, p. 12).

Entre o prefácio de *Geografia da Fome* e o capítulo V, intitulado *Estudo do conjunto brasileiro*, que foi escrito em 1960 e incluído nas edições posteriores, no final dessa obra, há todo um percurso de reflexões e de ações políticas do autor que fez emergir um conjunto de textos que tinham como fim, essencialmente, propor soluções para o problema da fome e do subdesenvolvimento. O livro *Sete palmos de terra e um caixão*, o qual foi escrito entre 1962 e 1964, pode ser tomado como modelo de análise propositiva nas ciências sociais. Nela ficou demonstrado que a interpretação do país elaborada no decorrer nas décadas de 1940 e 1950 foi coroada por uma reflexão acerca da mudança social no Brasil que, segundo ele, continha elementos de sociologia (CASTRO, 1967, p. 18).

Ao observar que suas análises não se enquadravam como sociológicas, mas que continham elementos de Sociologia, Josué de Castro alertava para o fato de seus trabalhos não pretenderem se situar rigorosamente no âmbito de uma dada área de conhecimento específico. Com base em Florestan Fernandes pode-se afirmar que, mesmo não sendo investigações sociológicas sistematizadas em termos de padrões científicos – assim como não o eram as obras de Euclides da Cunha (FERNANDES, 1977, p. 57) –, as obras de Josué de Castro desempenham papéis essenciais para as ciências sociais ao procurarem revelar os fundamentos da sociedade brasileira.

Josué de Castro preocupava-se em elucidar que as análises empreendidas em seus livros *Geopolítica da fome* e *Sete palmos de terra e um caixão* procuravam diálogos com a Sociologia, com a Geografia, com a Ciência Política, com a História, com a Antropologia, com a Etnografia e com a Economia, dentre outras áreas do conhecimento. “Procurei um método de estudo que fornecesse a visão mais ampla do problema, uma perspectiva em que as implicações, as influências e as conexões de seus múltiplos fatores naturais e culturais, pudessem tornar-se inteligíveis” (CASTRO, 1961, p. 25).

O BRASIL E AS RAÍZES HISTÓRICAS DO SUBDESENVOLVIMENTO

Desvendar as possibilidades de evolução social e de progresso que a sociedade brasileira continha era o objetivo dos escritos de Josué de Castro que visavam compreender tanto os elementos que impediam (latifúndio, prevalência de relações ainda feudais no campo, monocultura, entre outros) o desenvolvimento quanto os que poderiam vir a impulsioná-lo (modernização da agricultura, industrializa-

ção, educação, distribuição de rendas, políticas públicas voltadas para o combate à miserabilidade e à pobreza, empenho dos homens de ciência para diagnosticar corretamente os males da nação³ etc.) rumo ao combate à fome e ao subdesenvolvimento. Este último tendo sido uma construção histórica precisava ser desvendado a partir de suas origens. “Para encontrá-las, temos (...) que recuar aos tempos da formação social do Brasil – à época de sua primeira descoberta” (CASTRO, 1967, p. 95).

Em *Sete palmos de terra e um caixão*, ao desvendar as raízes históricas do subdesenvolvimento, Josué de Castro mostrava-se de acordo com a concepção de Celso Furtado (1969) de que

(...) o subdesenvolvimento é, portanto, um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento. Para captar a essência do problema das atuais economias subdesenvolvidas, necessário se torna levar em conta essa peculiaridade” (p. 166).

As raízes do subdesenvolvimento foram plantadas, segundo Castro, pela colonização empreendida na América Latina, em geral, e no Brasil em particular. Num primeiro momento as metrópoles investiram no escambo como forma de extrair dos territórios recém-explorados a riqueza que perseguiram a todo custo. Num segundo, elas “optaram por outras formas de exploração da terra conquistada” (CASTRO, 1967, p. 103) em busca da sedimentação de atividades econômicas que garantissem uma extração da riqueza organizada em moldes mais seguros e estáveis.

Ao abandonar o escambo e ao implementar outras bases coloniais ocorreu a redefinição dos princípios e dos métodos de ação dos portugueses no Brasil. As modificações não eram, porém, somente de base econômica, eram também de base social, política e jurídica. “A transformação da terra conquistada em colônia de exploração exige novas instituições jurídicas, novas formas de propriedade, que somente poderiam viçar sobre as ruínas das instituições primitivas” (CASTRO, 1967, p. 105). Isso não significou a eliminação completa dos anacronismos, visto que eles adentraram a forma de organização e de administração do empreendimento colonial.

Os anacronismos econômicos e políticos de Portugal vieram para o país juntamente com os processos econômicos e políticos postos em andamento pela

³ Sem desconsiderar as inúmeras diferenças entre eles, as quais eram expressas em seus modos distintos de encarar a situação latino-americana em termos de capitalismo dependente (Florestan Fernandes) e de subdesenvolvimento (Josué de Castro), pode-se dizer que nessa questão da necessidade do empenho dos cientistas para diagnosticarem corretamente a realidade vigente, a posição de Castro assemelhava-se à de Florestan Fernandes que afirmava em *Análise sociológica do subdesenvolvimento* que “a ‘aceleração do desenvolvimento econômico’ requer uma mentalidade específica e comportamentos correlatos apropriados. (...) Se soubermos ‘como’ e ‘por que’ a nossa concepção do mundo, a nossa herança social e o nosso estilo de vida têm contribuído para reduzir a nossa capacidade de tirar proveito sistemático das inovações, consumadas em algumas comunidades e realizáveis em outras, é provável que consigamos redefinir a estratégia (de crescimento econômico) que observamos até agora” (FERNANDES, 1976, p.334).

metrópole, o que acabou por se constituir numa espécie de pano de fundo para todas as atividades desenvolvidas na colônia. As origens históricas do subdesenvolvimento devem ser procuradas, porém, não somente no arcaísmo dos processos econômicos introduzidos a partir do século XVI, mas também nas instituições jurídicas e políticas atrasadas e opressivas que foram trazidas ao novo mundo para dar garantias de sucesso à colonização.

O apego dos aristocratas portugueses ao passado de seu país, a nostalgia, o forte desejo de trazer de volta um medievalismo que se esvaía nos séculos XVI e o empenho em manter um poder vinculado à propriedade feudal da terra levou os fidalgos a ver na conquista da América a possibilidade de “girar em sentido inverso a roda da história, embalada pelo sonho de ver reconstituído o seu passado” (CASTRO, 1967, p. 110). Fincavam-se aí as raízes de um subdesenvolvimento que expressará todos os anacronismos peculiares de uma dada formação social.

Essa reconstituição histórica visava apontar não só a peculiaridade histórica do subdesenvolvimento, mas também demonstrar quão fundas eram as raízes das dificuldades de definir um processo econômico que dinamizasse o desenvolvimento social do país. Não se deve supor, todavia, que, ao trazer à tona tais origens, ele intencionava construir uma análise determinista, ou seja, aquela fundada na convicção de que o processo de colonização teria impossibilitado, para sempre, qualquer mudança. Sua perspectiva era exatamente contrária a esse tipo de análise. As raízes históricas deveriam ser conhecidas como uma forma de diagnosticar corretamente os problemas atinentes à miserabilidade para assim produzir ações efetivas no sentido de revertê-las. Como afirma Milton Santos (2001), Josué de Castro era um autêntico possibilista, o que teria ficado demonstrado no conjunto de suas obras e de suas ações (p.30).

As interpretações acerca do caráter da colonização portuguesa não tinham o objetivo de caracterizar o atraso brasileiro em vista do atraso do colonizador. Para Castro havia dois estágios diferentes que coexistiam em Portugal nos séculos XVI, XVII e XVIII. Havia uma parte da sociedade (plebeus enriquecidos) que reuniam as condições para deixar para trás o passado feudal e uma outra parte (a fidalguia empobrecida) que obsessivamente se empenhava em fazer renascer na Colônia o seu poderio territorial. A união entre esses dois setores da sociedade levou à implementação de uma experiência que selou o próprio emperramento da metrópole, ou mesmo, a sua involução, já que as forças retrógradas passavam a ter supremacia no processo que se inaugurava a partir da conquista de parte da América⁴.

Os plebeus enriquecidos associaram-se aos fidalgos sem fortunas na empreitada da conquista do novo continente. E por que era visível que esses últimos tinham tido supremacia nessa conciliação de interesses promotores da colonização portuguesa? Josué de Castro dizia que bastava observar como foram realizadas as

⁴ A análise posta nesses termos coincide com as observações feitas por Manoel Bomfim que insistia que os efeitos do tipo de colonização que se estabeleceu no continente latino-americano foram perniciosos também para as metrópoles que se emperram em situações de parasitismo e de não-desenvolvimento (Bomfim, 1993).

divisões e as distribuições das terras de Santa Cruz, conquistadas em 1500, entre os membros da nobreza lusitana. Esse processo teria trazido as pilastras do feudalismo econômico para as novas terras. Ele discordava inteiramente das análises (as de Roberto Simonsen (1889-1948), por exemplo) que destacavam a natureza capitalista do empreendimento colonial (SIMONSEN, 1978) no país.

Para Josué de Castro, Portugal não poderia estabelecer uma empresa colonial capitalista já que, no século XVI, a agricultura era a sua atividade econômica predominante. No entanto, ele reconhecia que esta última não era a fonte de riqueza principal da Metrópole, visto que os comerciantes possuíam supremacia no processo de acumulação. As origens do atraso econômico alicerçado no latifúndio fundaram-se na supremacia dos fidalgos ligados à terra na aliança política estabelecida com a burguesia mercantil. Aqueles primeiros conseguiram definir um processo colonial baseado na concentração de largas extensões de terras nas mãos de alguns nobres que eram de plena confiança do rei.

A busca das raízes feudais da organização latifundiária que vigorava no país até o início da década de 1960 visava refutar as teses segundo as quais vigorava aqui uma estrutura agrária capitalista. Ao seu ver, se assim fosse, seria desnecessária qualquer mudança e/ou reforma (CASTRO, 1967, p. 116). “Se a estrutura agrária brasileira sempre teve uma ‘configuração capitalista’ por que revolucioná-la, por que reformá-la para promover o desenvolvimento capitalista do país?” (p.117).

Vencer o subdesenvolvimento passava por reformas de base que significavam eliminar o arcaísmo latifundiário derivado das capitanias hereditárias. Segundo ele, interessavam sobremaneira ao conservadorismo as teses que advogavam que as estruturas econômicas no país eram capitalistas desde os primórdios da colonização. As reformas de base tinham como fim destruir o arcaísmo feudal que ainda subsistia no decorrer do século XX e era responsável pela persistência de uma estrutura política coronelista. O poder sobre pessoas e coisas que se assentava na propriedade latifundiária era a reafirmação da persistência de relações do tipo feudal nos diversos âmbitos da vida social na década de 1950.

No entanto, mesclavam-se a essas relações outras de caráter capitalista. Os antagonismos de classe vigentes no decorrer do século XVIII revelavam embates entre interesses com características feudais (como os dos proprietários de terras) e interesses capitalistas (como os dos mascates). Castro discordava das teses que advogavam que teria havido no Brasil, desde o início, um empreendimento colonial capitalista, porém, considerava que a ascensão do comerciante representava a formação de interesses burgueses que iam tentando minar paulatinamente os interesses feudais que vão debater-se para manter um dado padrão de organização social e de domínio político.

Algumas vezes suas lutas coincidem com os legítimos interesses nacionais, com os anseios populares. Eis-nos diante de um dos aspectos contraditórios do latifúndio açucareiro: seu esforço pela perpetuação – que obedece a um impulso conservador, contrário à evolução da sociedade – combina-se com a defesa de postulados sagrados nitidamente patrióticos e progressistas. Mas é a ordem rural, a ordem

feudal, que acima de tudo defendem contra invasores de tendência acentuadamente burguesa, urbana, como os holandeses, ou contra negociantes e usuários impertinentes, que monopolizavam o comércio das cidades a serviço dos interesses colonizadores dos mercantilistas da metrópole portuguesa. É a ordem contra o progresso. (CASTRO, 1967, p. 138)

A desagregação do poderio do grande proprietário de engenho e do tipo de relações feudais estabelecidas desde o início da colonização ocorreu ao longo de vários séculos. O arrendamento agrário capitalista que emergiu com a pecuária serviu “como força desagregadora dos privilégios absolutos da nobreza territorial” (CASTRO, 1967, p. 140). No entanto, isso não significou, de modo algum, a reversão do processo de exploração colonial. Eram embates que se estabeleciam dentro da moldura colonial e revertiam sempre em benefícios para uma minoria de indivíduos.

Baseado em Gunnar Myrdal (1898-1987), Castro afirmava que se sedimentava, assim, uma organização social que rechaçava durante séculos qualquer progresso econômico, social ou político capaz de beneficiar a coletividade (MYRDAL, 1960, p. 1967). Assim, “desta maneira, nunca se formou (...), pela sedimentação sociológica, a entidade povo, como expressão das aspirações e reivindicações de várias classes ou grupos sociais, e como força viva de orientação política do processo nacional” (CASTRO, 1967, p. 145). Derivava, então, da estrutura social a impossibilidade de que os setores populares conseguissem constituir-se agentes capazes de adentrar a arena política e ter voz ativa nos destinos do país. O movimento da Independência poderia, segundo Castro, ser tomado como exemplo disso.

Mas teria havido mudanças indicadoras de alterações substanciais nessa estrutura social ao longo de quatro séculos de colonização? Essa última permaneceu com características essencialmente feudais e/ou foram interpenetrando, no seu interior, outras formas sociais que revertiam, ao menos parcialmente, os traços de um padrão de domínio e de organização social que potencializavam relações arcaicas na economia e no modo de ação política?

Em alguns momentos ele afirmava que não havia no Brasil, até a década de 1960, uma estrutura agrária capitalista, daí a necessidade de reformas de base para efetivá-la e a partir de então estabelecer processos de modernização necessários para vencer o subdesenvolvimento. No entanto, em outros momentos ele argumentava que, com o fim do regime de sesmarias em 17 de julho de 1822, surgiu a forma capitalista de apropriação da terra juntamente com a forma de propriedade camponesa. Deve-se compreender de que modo essas afirmações eram às vezes desarmoniosas?

Em seu entender, havia traços do capitalismo dentro da estrutura agrária latifundiária que mantinha tipos feudais de relação com a terra e tipos feudais de domínio político. No sistema de usinas a forma de comércio e a de manufatura revelavam como as características díspares de produção e de troca se mesclavam. Isso poderia ser detectado também na coexistência do trabalho assalariado com o trabalho escravo. Este último, no entanto, predominava enquanto aquele primeiro fazia-se presente em proporção muito menor.

Observe-se que ele não estava definindo toda a organização social colonial e pós-independência como feudal nos moldes vigentes na Europa medieval. Sua intenção era chamar a atenção para a permanência, ainda no século XX, de uma estrutura agrária que produzia tipos de relações aparentadas com aquelas vigentes na Idade Média. Castro advertia que mesmo pensadores e técnicos inquestionavelmente lúcidos e progressistas, tinham dado, na década de 1950, pouca importância para o problema do latifúndio. Ele citava Celso Furtado que num primeiro momento não teria problematizado suficientemente as implicações das grandes extensões de terras na persistência de uma estrutura econômica atrasada como a do Nordeste.

Celso Furtado não chegou a discernir bem toda a trama de forças de contenção que impediam o progresso regional e, no seu primeiro documento, chamado *Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste*, atribui em grande parte a pobreza do Nordeste ao que ele chama 'a pobreza física do seu solo' e preconiza como solução real a industrialização planejada da região. Não fala da estrutura agrária. Só ao travar conhecimento mais direto com os problemas da terra na sua condição de superintendente da Sudene é que o problema se lhe revelou na sua totalidade e a nova organização passou a cuidar não só da industrialização, mas dos problemas bem mais graves da agricultura regional. (CASTRO, 1967, p. 217)

Somente seria possível criar políticas de combate à fome e ao subdesenvolvimento se fosse redefinida a estrutura agrária do país. No Nordeste, as reformas de base representavam tentativas de reverter esse quadro que deitava raízes no processo de colonização que, naquela região, operou uma junção dos regimes feudal de propriedade, escravocrata de trabalho e capitalista de comércio. O resultado foi um tipo de organização econômica e política absolutamente particular que colocava desafios de natureza ímpar para aqueles que pretendiam construir ações voltadas para o desenvolvimento social.

As relações econômicas parasitárias e antiprogressistas que se iniciaram nos primeiros anos da colonização se estendiam assim, com base no latifúndio, até meados do século XX. A manutenção das relações econômicas e políticas arcaicas teriam potencializado, no Nordeste, especialmente dois fenômenos sociais, basicamente: o banditismo e o messianismo. A chave-explicativa desses dois últimos seria, para Castro, o prolongamento, até a década de 1950, da grande propriedade rural. Josué de Castro tomava esses fenômenos como expressão de um tipo de organização social que impelia os indivíduos a soluções extremas à medida que lhes fechavam todas as saídas.

Sua análise estava, nesse aspecto específico, calcada nas seguintes observações de Roger Bastide (1958, 1959): "O fanatismo messiânico nada mais é, em certos casos, do que a busca de uma solução milagrosa para a frustração que não encontra uma solução política" (1958, p. 8). Esse traço de alienação social atingia não somente os setores populares, mas também as elites. Ambos desenvolviam ações reveladoras de suas dificuldades de lidar com os desafios postos pela realidade social e política. A estrutura agrária arcaica afetava, de modo diferente, a todos indistintamente. Os efeitos maléficos do latifúndio atingiam os grupos preponderantes tão profundamente

que eles ainda se encontravam, na década de 1950, desprovidos de qualquer capacidade criadora, em seu egoísmo cego e mesquinho, em seu não-entendimento “da alma e dos sentimentos populares” (CASTRO, 1967, p. 147).

○ SUBDESENVOLVIMENTO COMO FRUTO DE UM ARCAÍSMO PERSISTENTE

As condições sociais vigentes no Nordeste nas décadas de 1950 e 1960 revelavam, segundo Castro, a necessidade premente de que os homens de ciência, os técnicos e os políticos progressistas investissem todos os seus esforços no combate ao arcaísmo que prevalecia na organização social brasileira. Fazia-se necessário compreender a profundidade das raízes do atraso que prevalecia em diversas regiões e não somente naquelas que constituíam o chamado norte agrário. Esse conhecimento levaria a um diagnóstico que, por estar fundado numa perspectiva histórica, elucidaria as origens dos arcaísmos vigentes e evitaria a preconização de soluções em uma única frente, tal como a crença absoluta na industrialização. “Castro afirmava que (esta última), que era a maior preocupação da década de 50, não resolveria por si só a questão da fome” (SOARES, 1998, p. 8).

Ao destacar as especificidades do desenvolvimento em países periféricos – as quais exigiam investimentos não somente na industrialização, mas também na agricultura aumentando-lhe a renda e procedendo à reforma agrária – Castro aproximava-se das análises do economista da CEPAL/ONU Raúl Prebisch (1901-1986) que, em a *Dinâmica do desenvolvimento latino-americano*, afirmava:

A reforma agrária é necessária e impostergável por três razões primordiais: a)– realizar uma mudança estrutural que permita aproveitar intensamente o potencial de poupança e promova a mobilidade social, com importantes conseqüências econômicas, sociais e políticas; b)– satisfazer a procura de uma população que cresce rapidamente e tem que melhorar sua dieta; c) elevar o nível de vida das massas rurais (PREBISCH, 1968, p. 52).

Ao insistir em vários escritos que “a fome não se resolvia apenas com crescimento” industrial (SOARES, 1998, p. 8), Josué de Castro não estava negando, porém, a importância das políticas desenvolvimentistas. Em seu entender, a partir de 1930, no Brasil, as mudanças nas condições econômicas e políticas fizeram brotar uma consciência contra o subdesenvolvimento e as miserabilidades dele derivadas. Raciocinando em termos de progresso ele considerava que a indústria e a ciência tinham papéis essenciais na criação de um ambiente propício às mudanças sociais. Não era possível, no entanto, atribuir somente à industrialização todo o encargo na solução dos problemas nacionais, já que ela por si só não subverteria as condições de fome e de pobreza.

A industrialização pós-1930 produziu uma crescente diferenciação social que, por sua vez, possibilitou tanto um alargamento da ação reflexiva dos setores progressistas (intelectuais e políticos, principalmente) no que tange aos malefícios

do subdesenvolvimento quanto uma expansão da consciência da população em geral acerca das causas das desigualdades. Brotou daí o anseio por agir politicamente em favor da mudança e da transformação. Josué de Castro atribuía, então, a esses elementos a crescente participação de amplos setores sociais na vida política no país entre 1930 e 1964.

O desenvolvimento econômico abriu o caminho, segundo ele, para ações políticas efetivamente voltadas tanto para a mudança quanto para a conservação. Formaram-se dois pólos que tenderam ao acirramento a partir de 1950: um assentado numa prática política golpista de direita que se empenhava em barrar as ações contra o subdesenvolvimento, a miserabilidade e a fome e o outro fundado numa atuação progressista que se apoiava nas massas e combatia o arcaísmo e a desigualdade social. Baseado em Guerreiro Ramos (1963), Castro (1967) afirmava: “A atual vida política brasileira, na verdade, já não é uma luta entre clãs eleitorais, mas entre classes e grupos sociais de interesses profundamente divergentes, e foi a evolução econômica destes últimos tempos que determinou esta polarização sistemática” (CASTRO, 1967, p. 165, RAMOS, 1963).

Em *Estudo do conjunto brasileiro*, texto escrito em 1960, e publicado nas edições posteriores de *Geografia da fome*, Josué de Castro aprofundava as suas reflexões acerca do subdesenvolvimento e das possíveis ações políticas que se delineavam, no decorrer da década de 1950, visando a sua reversão. Em seu entender, eram essenciais as atuações governamentais, visto que no Brasil havia-se cristalizado uma dificuldade do Estado em agir favoravelmente à eliminação do subdesenvolvimento. “Em última análise, esta situação de desajustamento econômico e social foi consequência da inaptidão do Estado político para servir de poder equilibrante entre os interesses privados e o interesse coletivo”. (CASTRO, 2001, p. 267)

Cristalizou-se historicamente no país – desde os ciclos do açúcar, da mineração, do café e da extração da borracha – uma dificuldade de implementação de políticas duradouras de crescimento econômico capaz de favorecer a todos indistintamente. Repetia-se, nas décadas de 1950 e 1960, um processo desequilibrante fundado numa industrialização que economizava mão-de-obra e não expandia suficientemente o consumo. No entanto, ele considerava que o desenvolvimento industrial tinha de ser direcionado e planejado pelo Estado de modo a criar as condições para a reversão do subdesenvolvimento, da pobreza e da miserabilidade.⁵

A maior dificuldade de implantação de um desenvolvimento econômico equilibrado localizava-se na esfera político-governamental que não conseguia dotar o Estado de capacidade de intervenção em favor dos interesses coletivos. As origens desses impedimentos tinham que ser buscadas historicamente, visto que se definiu no país tanto um excessivo poder local privado quanto um poder central com muitas distorções. Derivava daí a incapacidade do Estado e dos governantes de dar um encaminhamento distinto para a política e para a economia. Diferentemente de Oli-

⁵ Josué de Castro era um crítico do liberalismo. A economia não podia ser concebida como um jogo que se resolvia no mercado (CASTRO, 1961, p. 467, CASTRO, 2001, p. 279).

veira Vianna (1982) que argumentava que todos os empecilhos estavam no poder local que havia barrado o desenvolvimento de um poder central eficiente e atuante, Josué de Castro considerava que o embate local versus nacional e região versus nação fez cristalizar tanto um localismo quanto um centralismo autoritários e incapazes de ações políticas pró-desenvolvimento econômico e social.

Os governos mostraram-se quase sempre incapazes para impedir essa voraz interferência dos monopólios estrangeiros na marcha da nossa economia. Com uma total incapacidade do seu poder político para dirigir, em moldes sensatos, a aventura da colonização e da organização social da nacionalidade, a princípio por sua tenuidade e fraqueza potencial diante da fortaleza e independência dos senhores de terras, mandachuvas em seus domínios de porteiras fechadas, indiferentes aos regulamentos e às ordens do governo que viessem a contrariar seus interesses; e ultimamente, num contrastante exagero noutro sentido, no excesso centralizante do poder, tirando das unidades regionais quase todas as receitas e todos os direitos para depô-los nos braços, num tanto curtos em espalhar benefícios, do poder central (CASTRO, 2001, p. 267-8).

Após a República, o poder central ganhou força, em seu entender, frente ao poder local, mas manteve-se ainda inábil, ou seja, o poder centralizava-se depois de 1889, mas o Estado continuava fraco e inapto para proceder à combinação de uma exploração racional da agricultura com uma industrialização capaz de rechaçar as intervenções das grandes potências que “utilizavam nos países subdesenvolvidos para seus fins de exploração colonial ‘os próprios grupos oligárquicos, interessados eles próprios na manutenção do *status quo* político e social’ (MYRDAL, 1960)” (CASTRO, 2000, p. 269).

Sem um projeto nacional de desenvolvimento industrial, gerenciado pelo Estado, havia uma tendência, em países como o Brasil que já possuíam uma agricultura da fome, de sedimentar uma indústria também da fome cujas características são: a não-geração de empregos suficientes, a concentração em produtos de luxo para uma pequena camada da população, a não-ampliação do mercado consumidor interno, etc. Uma economia voltada para as necessidades nacionais deveria ocupar-se de uma industrialização lastreada numa agricultura modernizada e racional. Somente, assim, o país poderia ser conduzido a uma forma de progresso social capaz de atender as necessidades básicas (alimentação, moradia, emprego, educação, saúde) da maioria. Era preciso, segundo ele, superar um progresso de fachada que mantinha intocado o latifúndio improdutivo, a monocultura, a ignorância, o pauperismo e a fome (CASTRO, 2001, p. 270).

A necessidade de planejar o desenvolvimento devia-se, além de outros fatores, à urgência de construir um progresso social equilibrado entre as diversas regiões do país.⁶ Por meio da atuação de técnicos comprometidos com os interesses

⁶ Há uma significativa bibliografia criticando os efeitos desse processo de industrialização gerenciado por organismos nacionais como a Sudene, a Sudam, etc. visando promover um desenvolvimento equilibrado entre as regiões. Ver: (Oliveira (1987), Moreira (1979) e Faria e Souza (1980). Não se deve, todavia, imaginar que essas

progressistas nacionais, o Estado deveria definir critérios de prioridades de aplicação de recursos nas diferentes regiões e setores de atividades. Somente dessa maneira os poucos recursos poderiam beneficiar as regiões mais pobres e os grupos mais desfavorecidos.

O critério de distribuição dos poucos recursos existentes no país

(...) não pode ser o de concentrar (os mesmos) nas áreas mais adiantadas, onde já existem centros germinativos em expansão, deixando à margem extensas áreas potencialmente capazes de participar do processo econômico. (...) A filosofia do desenvolvimento brasileiro nos últimos anos foi concebida dentro desta idéia de desenvolver mais o já desenvolvido e não integrar no sistema econômico nacional as atuais áreas marginais, tais como o Nordeste e a Amazônia (CASTRO, 2001, p. 270).

Atitudes desenvolvimentistas excludentes só serviam, segundo Castro, para cindir a nacionalidade brasileira, pois a não-integração de todas as regiões ao crescimento e à modernização econômica tornava os dualismos irreversíveis.⁷ Era necessário, então, adotar medidas que cimentassem uma nacionalidade que se partia em razão de um progresso que abandonava uma parcela da população do país ao arcaísmo. Implementar políticas capazes de trazer benefícios à nação como um todo e não para alguns grupos sociais de algumas regiões era o grande desafio colocado aos técnicos e políticos interessados no progresso social. Nisso se assentava à essencialidade da luta contra o subdesenvolvimento que “é exatamente isso: é desnível econômico, é disparidade entre os índices de produção, de renda e de consumo entre diferentes camadas sociais e diferentes regiões que compõem o espaço sócio-geográfico de uma nação” (CASTRO, 2001, p. 272).

Baseando-se em *Brasil, terra de contrastes*, de Roger Bastide (1959), Josué de Castro argumentava que o desenvolvimento tinha um caráter social desde que vencesse os contrastes internos gritantes. A não-evolução do todo potencializava a coexistência de situações inteiramente díspares, pela qual frutificam, de um lado, grupos que usufruem uma vida urbana moderna plena de todos os confortos e, de outro, setores que subsistem em condições de miséria e de fome. Num âmbito mais geral, o contraste dava-se na convivência entre uma economia industrializada e uma economia agrícola precária que nem sequer pareciam fazer parte de um mesmo país.

Se o desenvolvimento era na década de 1950 e no início da de 1960 uma idéia-força, era preciso que os técnicos, os homens de ciência e as lideranças políticas progressistas ajudassem a difundir uma mentalidade de que o progresso social só

reflexões não levavam em consideração o papel positivo da Sudene até 1964. Francisco de Oliveira afirma: “O projeto inicial da Sudene era intensamente reformista, mas se apresentou como revolucionário pelas condições sociais e políticas do nordeste. O projeto concebido pelo Celso Furtado tem uma derrota com o golpe de 1964” (2001, p. 6).

⁷ Essa posição era diferente da de Francisco de Oliveira em *Elegia para uma re(li)gião*, na qual era destacado que o aumento das disparidades regionais não significava desintegração, mas sim um “processo de nacionalização do capital” (OLIVEIRA, 1981, p. 77).

se faria através do esforço coletivo. Isso significava politizar as propostas de industrialização e de crescimento econômico, o que somente ocorreria se as massas populares adentrassem a arena política e reivindicassem medidas que as contemplassem nesse processo. Castro considerava que, de alguma forma, alguns setores já vinham fazendo isso no país em meados do século XX. As reivindicações por reformas de base, por exemplo, podiam ser tomadas como ilustrativas dessa tentativa de dar um sentido social ao desenvolvimento. Ou melhor, corrigir os desequilíbrios que são gerados por esse último⁸.

O sociólogo Costa Pinto acentua muito bem o fato de que nas estruturas sociais dos países menos desenvolvidos não é a falta ou ausência de mudança o traço essencial, mas sim o fato das diversas partes dessas estruturas mudarem em ritmos diferentes, gerando assimetrias e distorções, contradições e resistências (CASTRO, 2001, p. 276, COSTA PINTO, 1960).

Criticando o tipo de desenvolvimento colocado em prática na década de 1950, Josué de Castro argumentava que a permanência do arcaísmo agrícola era a expressão máxima de distorções e de ritmos não-cadenciados de mudanças que acabavam por amordçar o crescimento econômico e o progresso social brasileiro. A não-modernização da agricultura encarcerava, segundo ele, de tal forma, os meios de subsistência que o trabalhador vivia sob um regime de fome que comprometia a sua produtividade. Em outras passagens de suas obras ele demonstrava, no entanto, que as condições da miserabilidade estavam vinculadas não somente aos preços dos produtos alimentícios, mas também à baixa remuneração do trabalho na indústria.

Em seu entender, o estudo da fome como fenômeno social possibilitava desvendar duas razões principais de sua permanência: uma ligava-se ao não-aproveitamento adequado do solo, à baixa produção agrícola, ao não-uso de tecnologias capazes de potencializar o rendimento da terra, e a outra dizia respeito à concentração da renda e à exploração do trabalho no processo de desenvolvimento industrial.

Jacques Chonchol (1985) em *O modelo de alimentação dos países industrializados* afirma que

(...) na maior parte dos países do terceiro mundo que vivem de economia de mercado, numa economia capitalista, o que se come depende menos do que o país produz do que de um conjunto de fatores, dentre os quais o mais importante é o nível salarial da população. Se num país há grande disparidade entre altos salários e salários muito baixos, é claro que aí os problemas alimentares serão maiores do que naqueles onde há distribuição mais igualitária e homogênea da renda (p. 96).

A industrialização estava, segundo ele, muito longe de solucionar o problema da fome pelo fato de que ela criou uma classe de famintos crônicos em várias partes do mundo: os operários com os seus salários insuficientes para uma alimen-

⁸ Josué de Castro baseava-se em Costa Pinto que afirmava que "o desenvolvimento cria problemas que só mais desenvolvimento é capaz de resolver" (1986, p.10).

tação adequada (CASTRO, 1961). A desigualdade social era, para Castro, o elemento fundante da manutenção de amplos setores famélicos. Observava-se, na sociedade brasileira, que a produção em massa que começava a ganhar um perfil mais desenvolvido a partir de 1930 mantinha intocado o modelo econômico concentracionista e gerador das disparidades socioeconômicas. Isso era evidenciado pela manutenção de um pauperismo que alimentava continuamente o subdesenvolvimento e vice-versa.

Essa perspectiva de Josué de Castro convergia, sem desconsiderar inúmeras outras diferenças⁹, para uma posição expressa por Florestan Fernandes (1976) no artigo *Economia e sociedade no Brasil: análise sociológica do subdesenvolvimento*, escrito entre 1959 e 1962, a qual afirmava que o combate ao “atraso econômico, social e cultural” deveria ser feito “sob a égide de uma verdadeira política democrática de desenvolvimento econômico, capaz de conjugar planejamento, crescimento econômico acelerado e justiça social” (p. 330). Em Josué de Castro, ao longo de décadas e, em Florestan Fernandes, em alguns momentos raros, encontram-se falas destacando a importância do desenvolvimento econômico que se processara no país a partir da década de 1930. Os dois insistiam, porém, que era necessário redirecionar o crescimento industrial para transformar uma experiência “parcialmente frutífera” (FERNANDES, 1976, p. 336) em algo expressivamente redefinidor das condições sociais brasileiras. Observe-se que, ao aprofundar a elaboração do conceito de capitalismo dependente, Florestan Fernandes passou a criticar veementemente as posturas e as ações desenvolvimentistas, pois, para ele, elas aprofundavam a dependência do capitalismo externo e as próprias desigualdades sociais internas (FERNANDES, 1968; 1975).

CONSIDERAÇÕES FINAIS: O CARÁTER PROGRESSISTA DO PENSAMENTO DE JOSUÉ DE CASTRO

Mannheim (1986), em *O pensamento conservador*, oferece as melhores pistas para a caracterização da reflexão de Josué de Castro como progressista. A sua análise acerca da mudança fazia referências constantes ao embate entre os valores conservadores e progressistas que estancavam e/ou impulsionavam respectivamente as modificações nos diversos âmbitos da vida social. Em seus escritos as modificações em curso nas esferas econômica e política tanto poderiam ser circunscritas aos interesses de uma pequena parcela da sociedade quanto aos dos brasileiros em geral. Para que essa última possibilidade vingasse era necessária, segundo Castro, uma ampliação das ações voltadas para a potencialização da inclusão das diversas forças sociais na arena política. Isso se efetivaria se os homens de ciência e os de ação – que se identificassem com o ideário progressista – investissem diuturnamente na realização

⁹ A teoria do imperialismo à qual se filiava Florestan Fernandes sustentou a formulação do conceito de capitalismo dependente que se opunha inteiramente às teorias do subdesenvolvimento, do desenvolvimento e da modernização às quais Josué de Castro se encontrava, de alguma forma, ligado em suas problematizações acerca da fome.

de mudanças que alterassem substancialmente as condições de pauperismo, de fome e de miserabilidade.

Em que sentido suas proposições eram essencialmente progressistas? Mannheim (1986) oferece os melhores subsídios para responder a essa pergunta ao afirmar:

(...) o conservadorismo (...) sempre começa com o caso particular que está a mão e nunca estende seus horizontes além de seus próprios arredores particulares. Ele está preocupado com a ação imediata, com detalhes concretos em mudanças e, portanto, não se preocupa realmente com a estrutura do mundo em que vive. Por outro lado, toda atividade progressista se nutre da sua consciência da possibilidade. Ela transcende o presente imediatamente dado utilizando-se das possibilidades de mudança sistemática que ela oferece. Ela luta contra o concreto, não porque quer simplesmente substituí-lo por outra forma de concreto, mas porque quer produzir um outro ponto de partida sistemático para desenvolvimento ulterior. O reformismo conservador consiste na substituição de fatores individuais por outros fatores individuais (melhoramentos). O reformismo progressista tende a dar conta de um fato indesejável reformando todo o mundo ao redor que torna sua existência possível. Assim, o reformismo progressista ataca o sistema como um todo, enquanto que o reformismo conservador ataca detalhes particulares (p. 112).

Josué de Castro, em *Geopolítica da fome* e em *O livro negro da fome*, demonstrava que o processo redefinidor das desigualdades sociais somente se efetivaria se houvesse um empenho por parte dos organismos internacionais, dos governantes, dos homens de ciência etc., em implementar mudanças no modo de conduzir a própria economia mundial. Era preciso dar ao mundo uma outra fisionomia. Não havia como proceder a melhorias isoladas em algumas regiões e abandonar outras em situações de pauperismo e de fome. Ele construiu, ao longo de sua vida, reflexões e ações que pretendiam mostrar que era fundamental, num primeiro momento, criar o desejo de mudança social não somente no Brasil, mas no mundo todo. Esse era o primeiro passo no sentido da geração de atitudes, de fato, transfiguradoras das sociedades submetidas a condições de pobreza que condenavam uma parte do planeta a uma existência precária. Nessa forma utópica de lidar com o futuro revelava-se a essencialidade de seu pensamento progressista.

A peculiaridade do modo conservador de enquadrar as coisas em um contexto mais amplo é que ele se aproxima delas por trás, a partir de seu passado. Para o pensamento progressista, o significado das coisas deriva em última análise de algo acima ou além delas mesmas, de uma utopia futura ou de sua relação com uma forma transcendente. Os conservadores, no entanto, vêm todo o significado de uma coisa no que está por trás dela, ou seu passado temporal ou sua origem evolutiva. Enquanto o progressista utiliza o futuro para interpretar as coisas, o conservador utiliza o passado; o progressista pensa em termos de modelos, o conservador pensa em termos de origens (MANNHEIM, 1981, p. 121).

Josué de Castro insistia que era preciso combater a idéia da imutabilidade das condições sociais. Sua reflexão acerca da formação social brasileira em *Sete*

palmos de terra e um caixão tinha o objetivo de mostrar o subdesenvolvimento como uma construção social que poderia ser constantemente alterada, ou seja, não havia um curso único e definitivo do processo de mudança. Os intelectuais, os políticos e os demais setores conservadores, afirmava ele, é que apostavam na eternização de um padrão de organização social e de domínio político.

O progressista considera o presente como o começo do futuro, enquanto o conservador o vê simplesmente como o último ponto alcançado pelo passado. (...) Os conservadores conhecem o passado como sendo algo que existe com o presente; sua concepção de história (...) enfatiza mais a coexistência do que a sucessão (MANNHEIM, 1986, p. 123).

A obra de Josué de Castro leva à compreensão do significado da ação política progressista e da ação política conservadora na década de 1950, principalmente. As suas reflexões constituem-se um marco no debate acerca do subdesenvolvimento visto que revelavam as tensões sociais atinentes à busca de soluções para os impasses, as resistências, e as incongruências que foram gerados pelos processos de mudanças sociais postos em prática no país naquele momento. Ao definir a questão do desenvolvimento como essencialmente política ele apontava para a necessidade de que os setores que não tinham voz na arena política deveriam, a exemplo das Ligas Camponesas, ser incentivados por intelectuais e lideranças progressistas para que exigissem melhorias sociais para toda a coletividade. As populações rurais do Nordeste estavam fazendo o seu papel ao reivindicar a reforma agrária. Elas compreendiam que sem essa última não haveria qualquer evolução social.

As ações políticas dos diversos setores sociais emergiriam, então, da ampliação do debate acerca das causas da pobreza, da miserabilidade e da fome. Em *Sete palmos de terra e um caixão* ele afirmava que os povos dos países periféricos estavam tomando consciência “das origens, das causas e da significação dos seus trágicos problemas político-sociais” (CASTRO, 1967, p. 191). O crescimento das reivindicações dos setores pobres do Nordeste, no início da década de 1960, era indicativo de que estava havendo uma publicização dos embates e das tensões que tecem a malha do subdesenvolvimento. A seu ver, havia o despontar de uma consciência coletiva disposta a lutar por espaços nesse processo de transmutação social que se fazia presente na sociedade brasileira.

Os setores, cuja única preocupação era conservar e eternizar o padrão de organização e de domínio vigentes, recorriam a medidas autoritárias e destruidoras da ação política dos grupos que buscavam interferir nos destinos do país. As Ligas Camponesas passam a ser demonizadas tanto fora quanto dentro do país. Aqueles que lutavam contra qualquer progresso social não compreendiam que tinha florescido desde a década de 1930, no Brasil, uma consciência democrática que deveria ser responsabilizada pela ampliação do “desejo de participar dos destinos da nação”. (CASTRO, 1967, p. 196)

Os setores autoritários (proprietários de terras, empresários, militares, setores médios etc.) tomavam os movimentos políticos populares – que reivindicavam

reformas de base como forma de superar o subdesenvolvimento – não como resultado de um processo econômico que acelerava uma conscientização acerca das causas das desigualdades sociais que marcavam a sociedade brasileira desde a sua formação. O jogo democrático que se estabeleceu a partir de 1946 era tido por Castro também como um componente fundamental na constituição de ações políticas reivindicativas e progressistas.

No texto *Anos decisivos*, ele afirmava que ao insurgirem na arena política alguns setores populares teria ficado evidente que a direita não tinha como enfrentar democraticamente a questão do subdesenvolvimento. Qual foi, então, a sua ação? A conspiração, a violência, o golpismo destruidor da própria democracia (CASTRO, 1967, p. 200). A legitimidade de suas ações passava, assim, pelo empenho em enquadrar todas as ações, movimentos e personagens progressistas (Celso Furtado, e Francisco Julião, por exemplo) como comunistas. No momento em que o diálogo com as massas foi aberto acerca das causas do subdesenvolvimento e de suas derivações (fome, injustiça social, miséria etc.) instalou-se uma violência política – a partir do golpe militar de 1964 – que impedia o florescimento de lutas por melhores condições de sobrevivência. O conservadorismo passava a empenhar-se em todos os âmbitos para solapar todas as forças, ações e pensamentos que investiam em mudanças potencialmente redefinidoras da organização social brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BASTIDE, R. O messianismo e a fome. In: *O drama universal da fome*. Rio de Janeiro: Ascofam, 1958.
- _____. O outro nordeste. In: *Brasil, terra de contrastes*. São Paulo: Difel, 1959.
- BOMFIM, M. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro, 1993.
- CÂNDIDO, A. Para pensar o problema da fome. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 29 nov.1999. C6, p. 6.
- CASTRO, J. de. *Geopolítica da fome: ensaio sobre os problemas de alimentação e de população no mundo*. São Paulo: Brasiliense, 1961. V. I e 2.
- _____. *O problema da alimentação no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1933.
- _____. *O problema fisiológico da alimentação no Brasil*. Recife: Imprensa industrial, 1932.
- _____. *Condições de vida das classes operárias*. Recife: Departamento de Saúde Pública, 1935.
- _____. *Alimentação e raça*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935a.
- _____. *A alimentação brasileira à luz da geografia humana*. Rio de Janeiro: Livraria do Globo, 1937.
- _____. *Geografia da fome*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- _____. *Ensaio de biologia social*. São Paulo: Brasiliense, 1959.
- _____. *Sete palmas de terra e um caixão*. São Paulo: Brasiliense, 1967.
- _____. *O livro negro da fome*. São Paulo: Brasiliense, 1968.
- CASTRO, A. M. de (Org.). *Fome: tema proibido*. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.
- COSTA PINTO, L. A. *Sociologia & desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.
- CHONCHOL, J. O modelo de alimentação dos países industrializados. In: MINAYO, M. C. (Org.). *Raízes da fome*. Petrópolis: Vozes, 1985. p. 94-103.

COSTA PINTO, L. A. Resistência à mudança: fatores que impedem ou dificultam o desenvolvimento econômico. In: Anais do Seminário Internacional. Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais. *Publicação*, Rio de Janeiro, n. 10, 1960.

FARIA, W.; SOUZA, G. A. de. (Orgs.). *Bahia de todos os pobres*. Petrópolis: Vozes, 1980.

FERNANDES, F. *A sociologia no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1977.

_____. Economia e sociedade no Brasil: análise sociológica do subdesenvolvimento. In: *A Sociologia numa era de revolução social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. p. 314-337.

_____. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

_____. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FURTADO, C. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Nacional, 1969.

MAGALHÃES, R. *Fome: uma (re)leitura de Josué de Castro*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997.

MANNHEIM, K. O pensamento conservador. In: MARTINS, J. de S. (Org.). *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: Hucitec, 1986. p. 77-131.

MINAYO, M. C. (Org.). *Raízes da fome*. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

MOREIRA, R. *O nordeste brasileiro: uma política regional de industrialização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MYRDAL, G. *Teoria, economia e regiões subdesenvolvidas*. Rio de Janeiro: ISEB, 1960.

_____. *Perspectivas de uma economia internacional*. Rio de Janeiro: Saga, 1967.

OLIVEIRA, F. de. *Elegia para uma re(li)gião*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. *O elo perdido*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. Novo poder econômico gera crise política. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 07 maio 2001. Caderno A, p. 6. Entrevista.

OLIVEIRA VIANNA, F. J. *Populações meridionais do Brasil*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1982.

PREBISCH, R. *Dinâmica do desenvolvimento latino-americano*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1968.

RAMOS, G. *A crise do poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Saga, 1963.

SANTOS, M. Josué de Castro e a Geografia da fome. In: CASTRO, J. *Geografia da fome*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 29-30.

SILVA, T. E. Magno da. Imagens da fome e o itinerário intelectual de Josué de Castro. *Cronos: Revista do programa de pós-graduação em Ciências Sociais da UFRN*, Natal, v. 1, n. 2, p. 73-92, jul./dez. 2000.

_____. *Josué de Castro: para uma poética da fome*. 1998. Tese (Doutoramento) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

SIMONSEN, R. *História econômica do Brasil: 1500/1820*. São Paulo: Nacional, 1978.

SOARES, J. A. Castro foi precursor da linha de trabalho de Sen. *Jornal do Commercio*. Recife, 18 out. 1998. Caderno Economia.

TOBELEM, A. *Josué de Castro e a descoberta da fome*. Rio de Janeiro: Leitura, 1974.

Abstract: *Amongst the several works by Josué de Castro concerning the underdevelopment and one of its main consequences – the hunger – the books “Geografia da fome”, “O livro negro da fome”, and “Sete palmos de terra e um caixão”, will be emphasized in this article. The basic nuances of his proposal of interpreting Brazil, considering the poverty conditions, the miserability and hunger which prevailed in the 50s and 60s, will also be emphasized. Within the scope of a possible perspective of social change, he assumed that without knowing the historical causes of the social, political and regional inequalities, there was no way of explaining the problems that affected the country. His anti-colonialist and anti-imperialist reflection led him to a fruitful debate with some social scientists who tried to consolidate the growth and income distribution.*

Keywords: *development; underdevelopment; social change; economic growth; industrialization; hunger*

HOSPITALIDADE E HISTÓRIA: IMIGRANTES NA CIDADE DE SÃO PAULO EM MEADOS DO SÉCULO XIX

*Sênia Bastos**

Resumo: O século XIX foi marcado pelo processo de imigração de europeus para o Brasil. A Província de São Paulo foi o destino de muitos imigrantes, quer em direção às fazendas produtoras de café, localizadas no interior, quer pelas potencialidades existentes na sua capital. O conceito hospitalidade permite acompanhar a interação que se estabelece entre o visitante e a cidade, percorrer trajetórias em busca de melhores colocações no mercado de trabalho, possibilidades de acomodação, alimentação e lazer, sem perder de vista suas iniciativas comerciais, a circulação por diferentes espaços e grupos sociais. Este artigo tem por objetivo analisar algumas situações vivenciadas por imigrantes que vieram em busca de trabalho e a hospitalidade que os acolheu em meados do século XIX.

Palavras-chave: hospitalidade; imigração; cidadania

O porto mais próximo da capital da Província de São Paulo era Santos. A cidade portuária destacava-se economicamente; todavia, a presença de epidemias e as péssimas condições sanitárias do porto constituíam um entrave ao seu desenvolvimento e às aspirações de alguns, que pretendiam transformá-la em capital, substituindo a acanhada São Paulo dos estudantes¹.

Ter por destino a cidade de São Paulo implicava alugar uma mula para subir a serra do mar pela calçada do Lorena. O caminho era sinuoso e íngreme. A intensa circulação de tropas em direção ao porto comprometia a pavimentação, expondo os viajantes a um trajeto extenuante após vagarosa travessia do oceano.

O tempo de travessia do Atlântico era longo, mas sofreu considerável redução em virtude da gradativa substituição das embarcações com a incorporação da propulsão a vapor. A partir dos anos 1850 os paquetes passam a predominar, em

* Sênia Bastos, professora do Programa de Mestrado em Hospitalidade da Universidade Anhembi Morumbi, é doutora em História Social pela PUC-SP.

¹ São Paulo dos estudantes é o termo empregado pelo historiador Ernani da Silva Bruno ao se referir ao período da história da cidade marcado pelos efeitos da instalação da Faculdade de Direito (1828).

detrimento aos veleiros. Regularidade, rapidez e conforto converteram-se em adjetivos atribuídos aos paquetes, especialmente os de bandeira inglesa. (LEITE, 1999, p. 178)

Os nomes das embarcações que regularmente atracavam no litoral são sugestivos, com várias alusões femininas ou a seu país de origem: Amor da Pátria, Amizade, Barca Tentador, Bella Protuense, Camponesa, Caçadora, Favorita, Empreendedora, Hanover, Triumpho d'América, Theodore Eugene, Meck, Lusitana, Inglesa Flor Lei d'Liz, Hamburguesa Jonas, dentre outras.

Desconhecendo os referenciais e especificidades locais, ingleses, alemães, italianos, franceses e portugueses enfrentavam dificuldades de adaptação e de socialização na cidade. Diferentes níveis de hospitalidade podiam ser vivenciados em virtude de variáveis sociais, étnicas, de gênero, relações familiares ou referências a conhecidos.

Aspectos comerciais permeavam algumas relações de hospitalidade, tais como as oferecidas por Eugenio Frugali, no Hotel de Itália. Localizado na rua São Bento, tinha poucos concorrentes com semelhante classificação². No mesmo logradouro Costa & Vieira mantinha uma casa de pasto, cuja função original é o fornecimento de alimentação, embora possamos inferir, em muitos casos, a prática de acomodação no mesmo ambiente. Hotéis, hospedarias, casas de pasto e restaurantes localizavam-se no perímetro central ou nas proximidades dos principais caminhos de acesso, mas era no Triângulo que se concentravam as casas mais disputadas e luxuosas. Os ranchos de tropeiros, por sua vez, localizavam-se em pontos estratégicos, nas principais estradas, sendo alguns próximos à cidade: além da acomodação, ofereciam área para pasto dos animais e local para depósito dos víveres transportados.

Predomina a assertiva de que o século XIX caracterizou-se pela hospitalidade familiar ou doméstica, ou seja, uma forma de acolhimento pautada por relações de reciprocidade e/ou de generosidade do anfitrião. Os paulistanos tinham aversão aos estrangeiros, pouca disponibilidade de leitos, em locais mal estruturados, nos quais os hóspedes eram mal vistos, bem como aqueles que por ali circulassem em busca de repasto. Não era de bom tom hospedar-se em hotéis ou hospedarias e, sim, acomodar-se na residência de conhecidos. Poucos estudos podem ser referendados no sentido de pesquisar quer o aspecto doméstico ou comercial da hospitalidade na cidade de São Paulo no período. Todavia, cabe destacar a vinda de franceses que se estabeleceram em meados dos anos 1850 com negócios claramente destinados à acomodação de pessoas, numa alusão a uma certa especialização dessa etnia no setor. João Peyre chegou ao Brasil em 1839, transcorrida uma década transferiu-se para São Paulo, fixando-se na região da Glória com uma hospedaria. Pedro Vassel apresenta uma trajetória semelhante, tendo se estabelecido como hospedeiro na rua da Quitanda.

² As dificuldades de distinção das atividades praticadas por casas de pasto, tabernas, estalagens, hospedarias e hotéis no século XIX é identificada por Belchior (1987).

Apesar da multiplicidade de atividades, tendo em vista a falta de especialização que caracteriza a atividade comercial no período, bilhares, botequins, cocheiras, confeitarias, hotéis, hospedarias, lojas de roupas e de jóias, livrarias e teatros são identificados nas listas de pagamentos de impostos, com proprietários nitidamente de origem européia atraídos pelas possibilidades de ocupações urbanas incrementadas com a economia cafeeira.

As oportunidades reinantes, quer como empresários, negociantes ou trabalhadores, eram divulgadas além-mar. Desprovidos de recursos para emigrar, muitos chegavam a contrair dívidas com o comandante da embarcação, espécie de agenciador de mão-de-obra, para chegar ao Brasil, o que permite a indagação: que tipo de hospitalidade era oferecida à pessoa que tinha seu destino negociado pelo comandante com seu futuro empregador?

Tal sistema estimulava uma relação de dependência do imigrante, quer com relação ao comandante da embarcação, quer com aquele que o contratava. A dívida contraída no transporte era saldada pelo empregador, colocando o imigrante, desde o início, em uma situação de submissão ao seu patrão: nada recebia até indenizá-lo, compartilhando com este e sua família alimentação e moradia, vivenciando assim as mesmas condições do empregado doméstico e do escravo, sem delimitação de horas de trabalho diário ou de atribuições. Cabe chamar a atenção para aspectos referentes à questão do trabalho em uma sociedade de mentalidade escravista e suas implicações.

Ter seu destino aleatoriamente definido por terceiros não se configurava em situação favorável, como podemos perceber com relação aos imigrantes alemães, agenciados em seu país de origem para prestar serviços para a província de São Paulo. Contratados para realizar a pavimentação e a abertura de algumas estradas no interior, vieram com passagens subsidiadas³.

Recursos previstos na Lei de Terras, de 1850, visavam a imigração de profissionais para realizar obras dirigidas pelo poder público (ROLNIK, 1997, p. 23). Os mais conhecidos, porém, são aqueles canalizados para a substituição da mão-de-obra escrava nas fazendas do interior. Na Província de São Paulo a primeira tentativa de colonização, com alemães, ocorreu em 1829, nos municípios de Santo Amaro e Itapequerica⁴. Tratava-se de uma iniciativa baseada na produção agrícola em pequena propriedade, sob regime de colonato. A experiência redundou em fracasso, tanto pela natureza do solo quanto pela falta de investimentos do governo na manutenção do projeto ou ainda problemas de adaptação dos imigrantes. O isolamento a que

³ O engenheiro A. Martin d'Estaden propôs-se trazer para a província trabalhadores europeus para o serviço nas estradas, mediante passagens subsidiadas pelo governo, conforme prescrevia a Lei de Terras de 1850, em seu artigo nº 18 (Ordem 900, 1854).

⁴ O atual bairro de Santo Amaro, localizado na região sul da cidade, constituía um município autônomo incorporado à cidade de São Paulo após a Revolução Constitucionalista de 1932, durante o governo Vargas. Itapequerica manteve-se como município e hoje constitui uma espécie de bairro dormitório.